



UFCSPA

Técnico em Assuntos Educacionais

LÍNGUA PORTUGUESA

Leitura, interpretação e relação entre as ideias de textos de gêneros textuais diversos, fato e opinião, intencionalidade discursiva, análise de implícitos e subentendidos e de efeitos de sentido de acordo com José Luiz Fiorin e Francisco Platão Savioli.....	1
Ideias principais e secundárias e recursos de argumentação de acordo com Eni Orlandi, Elisa Guimarães, Eneida Guimarães e Ingedore Villaça Koch.	1
Linguagem e comunicação: situação comunicativa, variações linguísticas.....	2
Gêneros e tipos textuais e intertextualidade: características e estrutura de acordo com Luiz Antônio Marcuschi.....	3
Coesão e coerência textuais de acordo com Ingedore Villaça Koch	16
Léxico: significação e substituição de palavras no texto, sinônimos, antônimos, parônimos e homônimos.	16
Ortografia: emprego de letras, do hífen e acentuação gráfica conforme sistema oficial vigente (inclusive Acordo Ortográfico vigente, conforme Decreto 6.583/2012) tendo como base o Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa e o dicionário online Aulete.	17
Figuras de linguagem e suas relações de sentido na construção do texto nas perspectivas de Evanildo Bechara, Domingos Paschoal Cegalla e Celso Cunha e Lindley Cintra.	27
Fonologia: relações entre fonemas e grafias; relações entre vogais e consoantes nas perspectivas de Evanildo Bechara, Domingos Paschoal Cegalla e Celso Cunha e Lindley Cintra.....	32
Morfologia (classes de palavras e suas flexões, significados e empregos; estrutura e formação de palavras; vozes verbais e sua conversão) nas perspectivas de Evanildo Bechara, Domingos Paschoal Cegalla e Celso Cunha e Lindley Cintra.	34
Sintaxe (funções sintáticas e suas relações no período simples e no período composto) e tipos de sintaxe: sintaxe de colocação nas perspectivas de Evanildo Bechara e Domingos Paschoal Cegalla	52
Sintaxe de regência nominal e verbal (inclusive emprego do acento indicativo de crase) nas perspectivas de Celso Pedro Luft, Evanildo Bechara, Domingos Paschoal Cegalla e Celso Cunha e Lindley Cintra.....	54
Sintaxe de concordância verbal e nominal nas perspectivas de Evanildo Bechara, Domingos Paschoal Cegalla e Celso Cunha e Lindley Cintra	57
Coordenação e subordinação: emprego de conjunções, locuções conjuntivas e pronomes relativos	60

SUMÁRIO



Pontuação (regras e implicações de sentido) nas perspectivas de Evanildo Bechara, Domingos Paschoal Cegalla e Celso Cunha e Lindley Cintra	64
Exercícios	70
Gabarito	79

LEGISLAÇÃO

Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis da União (Lei nº 8.112, de 11/12/1990, com suas alterações)	1
Estatuto e Regimento Interno da UFCSPA	47
Estatuto Nacional da Igualdade Racial (Lei Federal nº 12.288/2010)	112
Constituição Federal de 1988: Dos Princípios Fundamentais (Arts. 1º ao 4º)	123
Constituição Federal de 1988: Dos Direitos e Garantias Fundamentais (Arts. 5º ao 17)	125
Constituição Federal de 1988: Da Organização do Estado (Arts. 18 ao 43)	138
Constituição Federal de 1988: Da organização dos Poderes (Arts. 44 ao 135)	162
Constituição Federal de 1988: Da Defesa do Estado e Das Instituições Democráticas (Arts. 136 ao 144)	205
Constituição Federal de 1988: Da Ordem Social (Arts. 193 ao 232)	210
Lei Federal nº 8.429/1992 – Lei de improbidade Administrativa	232
Decreto nº 1.171/1994 - Aprova o Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal	243
Lei 9.784/1999 - Regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal	247
Lei Federal 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados	257
Lei 11.091/2005 - Dispõe sobre a estruturação do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação, no âmbito das Instituições Federais de Ensino vinculadas ao Ministério da Educação	280
Exercícios	320
Gabarito	328

CONHECIMENTOS GERAIS

PARTE 1: Cultura popular, personalidades, pontos turísticos, organização política e territorial, divisão política, regiões administrativas, regionalização do IBGE, hierarquia urbana, símbolos, estrutura dos poderes, fauna e flora locais, hidrografia e relevo, matriz produtiva, matriz energética e matriz de transporte, unidades de conservação, história e geografia do País, Estado, do Município e da região que o cerca	1
Tópicos atuais, internacionais, nacionais, estaduais ou locais, de diversas áreas, tais como segurança, transportes, política, economia, agricultura, sociedade, educação, saúde, cultura, tecnologia, desenvolvimento sustentável e ecologia	42



PARTE 2: Raciocínio lógico e matemático: proposições, conectivos, equivalência e implicação lógica de argumentos válidos.....	88
Resolução de problemas envolvendo frações.....	93
Conjuntos	95
Porcentagens	103
Sequências.....	106
PARTE 3: Tecnologia da Informação: conceitos e fundamentos básicos de informática	107
Conhecimento de softwares utilitários (compactadores de arquivos, chat, e-mails, reprodutores de vídeo, visualizadores de imagem, antivírus)	108
Conceitos de tecnologias relacionadas à Internet.....	109
Busca e pesquisa na Web.....	115
Conceitos de segurança na internet.....	117
Exercícios.....	118
Gabarito.....	121

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Sistema Educacional: legislação; estrutura; organização e competências.....	1
Ensino superior: formas de acesso, estrutura e funcionamento.	1
Gestão e coordenação de processos educativos	2
Elaboração, desenvolvimento e avaliação de projetos.	2
Utilização das tecnologias da informação e comunicação.	3
Currículo, diversidade cultural e inclusão social.....	4
Concepções de avaliação.	20
Lei nº 9.394, de 20/12/1996 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.	34
Lei nº 10.861, de 14/04/2004 - Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior	64
Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos de Graduação: aspectos gerais, contribuições para a melhoria da educação superior.....	69
Políticas Educacionais Inclusivas: relação de gênero e educação.	70
Educação inclusiva.....	70
Acessibilidade para pessoas com deficiência.	71
Projeto político-pedagógico (metodologia de elaboração, implementação, acompanhamento e avaliação do projeto político-pedagógico).....	79
Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações ÉtnicoRaciais	89
Lei 12.772/2012 - Plano de Carreira do Magistério Federal	103
Lei 11.091/2005 - Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação, no âmbito das Instituições Federais de Ensino vinculadas ao Ministério da Educação.....	118
Exercícios.....	118
Gabarito.....	122

SUMÁRIO



Língua Portuguesa

As ideias de leitura, interpretação e relação entre textos de gêneros textuais diversos estão relacionadas ao estudo da compreensão e análise de textos. Nesse sentido, as habilidades de leitura são essenciais para compreender um texto, identificar sua estrutura, saber interpretar seu conteúdo e estabelecer relações com outros textos.

No que diz respeito aos gêneros textuais, é importante reconhecer que cada tipo de texto apresenta características próprias, como estrutura, linguagem e finalidade. Ao ler um texto, é necessário levar em consideração essas características para compreender adequadamente o que está sendo comunicado. Além disso, a leitura e interpretação de diferentes gêneros textuais permite ao leitor ampliar seu repertório de linguagem e de conhecimento.

Outro aspecto importante é a distinção entre fato e opinião. Enquanto o fato é algo comprovado e indiscutível, a opinião representa uma posição pessoal sobre algo. A capacidade de identificar essa distinção é fundamental para uma leitura crítica e para uma análise adequada do texto.

A intencionalidade discursiva se relaciona com a intenção do autor ao produzir um texto. O autor pode buscar informar, persuadir, emocionar, entre outros objetivos. Ao compreender a intencionalidade discursiva, o leitor pode entender melhor o propósito do texto e como esse propósito influencia suas características.

A análise de implícitos e subentendidos se refere à capacidade de identificar informações que não estão explícitas no texto, mas que podem ser inferidas a partir do contexto e dos elementos linguísticos utilizados. Essa habilidade permite ao leitor compreender as entrelinhas do texto e captar mensagens que não estão explicitamente ditas.

Por fim, a análise de efeitos de sentido diz respeito à compreensão das estratégias utilizadas pelo autor para criar determinado efeito no leitor. Esses efeitos podem ser emocionais, persuasivos, irônicos, entre outros. Ao analisar os efeitos de sentido, é possível compreender como o texto é construído para atingir seus objetivos.

José Luiz Fiorin e Francisco Platão Savioli são estudiosos da área de linguística e da análise do discurso. Suas obras contribuem para a compreensão dos aspectos mencionados acima, fornecendo bases teóricas e exemplos práticos para o estudo da leitura, interpretação e análise de textos.



ideias principais e secundárias e recursos de argumentação de acordo com Eni Orlandi, Elisa Guimarães, Eneida Guimarães e Ingedore Villaça Koch.

As ideias principais são os pontos principais que sustentam o argumento central do texto. São as afirmações mais relevantes e significativas que o autor pretende transmitir ao leitor. Já as ideias secundárias são aquelas que desempenham um papel de apoio às ideias principais, fornecendo informações adicionais ou exemplos para reforçar o argumento central.

Quanto aos recursos de argumentação, Eni Orlandi, Elisa Guimarães, Eneida Guimarães e Ingedore Villaça Koch são estudiosos da linguagem e da argumentação e têm diferentes contribuições para a compreensão desse tema. Eles podem utilizar diversos recursos argumentativos, tais como:

1. Citações de outros estudiosos ou autoridades no assunto: Para reforçar a validade e a autoridade das ideias apresentadas, eles podem citar outros pesquisadores ou especialistas no assunto que sustentem suas argumentações.

2. Exemplos e ilustrações: Para tornar seus argumentos mais concretos e compreensíveis, podem utilizar exemplos e ilustrações para mostrar como as ideias se aplicam na prática.



LEI Nº 8.112, DE 11 DE DEZEMBRO DE 1990

DISPÕE SOBRE O REGIME JURÍDICO DOS SERVIDORES PÚBLICOS CIVIS DA UNIÃO, DAS AUTARQUIAS E DAS FUNDAÇÕES PÚBLICAS FEDERAIS.

PUBLICAÇÃO CONSOLIDADA DA LEI Nº 8.112, DE 11 DE DEZEMBRO DE 1990, DETERMINADA PELO ART. 13 DA LEI Nº 9.527, DE 10 DE DEZEMBRO DE 1997.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

TÍTULO I

CAPÍTULO ÚNICO

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Esta Lei institui o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis da União, das autarquias, inclusive as em regime especial, e das fundações públicas federais.

Art. 2º Para os efeitos desta Lei, servidor é a pessoa legalmente investida em cargo público.

Art. 3º Cargo público é o conjunto de atribuições e responsabilidades previstas na estrutura organizacional que devem ser cometidas a um servidor.

Parágrafo único. Os cargos públicos, acessíveis a todos os brasileiros, são criados por lei, com denominação própria e vencimento pago pelos cofres públicos, para provimento em caráter efetivo ou em comissão.

Art. 4º É proibida a prestação de serviços gratuitos, salvo os casos previstos em lei.

Título II

Do Provimento, Vacância, Remoção, Redistribuição e Substituição

CAPÍTULO I

DO PROVIMENTO

SEÇÃO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 5º São requisitos básicos para investidura em cargo público:

- I - a nacionalidade brasileira;
- II - o gozo dos direitos políticos;
- III - a quitação com as obrigações militares e eleitorais;
- IV - o nível de escolaridade exigido para o exercício do cargo;
- V - a idade mínima de dezoito anos;
- VI - aptidão física e mental.

§ 1º As atribuições do cargo podem justificar a exigência de outros requisitos estabelecidos em lei.

§ 2º Às pessoas portadoras de deficiência é assegurado o direito de se inscrever em concurso público para provimento de cargo cujas atribuições sejam compatíveis com a deficiência de que são portadoras; para tais pessoas serão reservadas até 20% (vinte por cento) das vagas oferecidas no concurso.



História¹

A cidade de Porto Alegre tem como data oficial de fundação 26 de março de 1772, com a criação da Freguesia de São Francisco do Porto dos Casais, um ano depois alterada para Nossa Senhora da Madre de Deus de Porto Alegre. O povoamento, contudo, começou em 1752, com a chegada de 60 casais portugueses açorianos trazidos por meio do Tratado de Madri para se instalarem nas Missões, região do Noroeste do Estado que estava sendo entregue ao governo português em troca da Colônia de Sacramento, nas margens do Rio da Prata. A demarcação dessas terras demorou e os açorianos permaneceram no então chamado Porto de Viamão, primeira denominação de Porto Alegre.

Em 24 de julho de 1773, Porto Alegre se tornou a capital da capitania, com a instalação oficial do governo de José Marcelino de Figueiredo. A partir de 1824, passou a receber imigrantes de todo o mundo, em particular alemães, italianos, espanhóis, africanos, poloneses, judeus e libaneses. Este mosaico de múltiplas expressões, variadas faces e origens étnicas, religiosas e linguísticas, faz de Porto Alegre, hoje com quase 1,5 milhão de habitantes, uma cidade cosmopolita e multicultural, uma demonstração bem sucedida de diversidade e pluralidade.

Foi a ferro e fogo que Porto Alegre construiu a sua história. A capital do Rio Grande do Sul é também a capital dos Pampas, como é conhecida a região de fauna e flora características formada por extensas planícies que dominam a paisagem do Sul do Brasil e parte da Argentina e do Uruguai. É nessa região que nasceu o gaúcho, figura histórica, dotada de bravura e espírito guerreiro, resultado de lendárias batalhas e revoltas por disputas de fronteiras entre os Reinos de Portugal e Espanha, a partir do século XVI.

As revoltas se sucederam, mas foi o século XIX que marcou o seu povo, após uma longa guerra por independência contra o Império Português. A chamada Guerra dos Farrapos se iniciou com um enfrentamento ocorrido na própria capital, nas proximidades da atual ponte da Azenha, no dia 20 de setembro de 1835. Mesmo sufocado, foi este conflito que gravou na história o mito do gaúcho e é até hoje cantado em hino, comemorada em desfiles anuais e homenageada com nomes de ruas e parques.

Com o fim da Guerra dos Farrapos, a cidade retomou seu desenvolvimento e passa por uma forte reestruturação urbana nas últimas décadas do século XVIII, movida principalmente pelo rápido crescimento das atividades portuárias e dos estaleiros. O desenvolvimento foi contínuo ao longo do tempo e a cidade se manteve no centro dos acontecimentos culturais, políticos e sociais do país como terra de grandes escritores, intelectuais, artistas, políticos e acontecimentos que marcaram a história do Brasil.

Formação Administrativa²

Freguesia criada com a denominação de São Francisco dos Casais, pela Provisão Régia de 26-03-1772.

Elevado à condição de capital do estado, em 24-07-1773.

Elevado à categoria de vila com a denominação de Porto Alegre, por Ordem Régia de 23-08-1803 ou 26-01-1803. Confirmado por Alvará de 23-08-1808. Sede na antiga povoação de São Francisco dos Casais. Instalado em 11-12-1810.

Elevado à condição de cidade com a denominação de Porto Alegre, por Carta Imperial Alvará de 16-12-1812 ou Carta de Lei de 14-11-1822.

Pelo Ato Municipal n.º 17, de 04-09-1896, foram criados os distritos de Barra do Ribeiro e Mariana Pimentel e anexados ao município de Porto Alegre.

1 PREFEITURA DE PORTO ALEGRE. [Histórico da Cidade](http://www2.portoalegre.rs.gov.br/turismo/default.php?p_secao=257). Disponível em: <http://www2.portoalegre.rs.gov.br/turismo/default.php?p_secao=257>

2 IBGE. [Formação Administrativa](https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/porto-alegre/historico). Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/porto-alegre/historico>>



Conhecimentos Específicos

A legislação relacionada ao sistema educacional varia de acordo com cada país. No entanto, é comum encontrar leis que regulam aspectos como a obrigatoriedade da educação, o currículo escolar, a forma de avaliação dos estudantes, a formação de professores, entre outros.

A estrutura do sistema educacional geralmente é dividida em diferentes níveis, como a educação infantil, o ensino fundamental, o ensino médio e o ensino superior. Cada nível possui um objetivo e uma abordagem pedagógica específica, de acordo com a faixa etária e as necessidades dos alunos.

A organização do sistema educacional pode ocorrer de forma centralizada ou descentralizada. Em alguns países, o governo central é responsável por definir as políticas educacionais e coordenar a implementação em todo o país. Em outros, há maior autonomia para as escolas e sistemas de ensino locais, que têm mais liberdade para tomar decisões e adaptar as políticas às necessidades locais.

As competências no sistema educacional podem ser divididas entre diferentes entidades. O governo central geralmente é responsável por definir as políticas educacionais e supervisionar o funcionamento do sistema. Os governos locais, por sua vez, têm o papel de fornecer recursos e infraestrutura adequados, além de serem responsáveis pela contratação e capacitação de professores. As escolas e instituições de ensino, por sua vez, têm a responsabilidade de implementar as políticas educacionais, planejar o currículo e garantir a qualidade do ensino.

Em síntese o sistema educacional é regulamentado por leis, tem uma estrutura organizacional definida e envolve diferentes competências e responsabilidades das entidades envolvidas. O objetivo é fornecer uma educação de qualidade, adequada às necessidades dos alunos e da sociedade como um todo.

Ensino superior: formas de acesso, estrutura e funcionamento.

O ensino superior é o nível de ensino que ocorre após o ensino médio e engloba cursos de graduação, pós-graduação e programas de extensão. Existem diferentes formas de acesso ao ensino superior, que variam de acordo com o país e com a instituição de ensino. Vou explicar as formas de acesso mais comuns:

Vestibular: é um processo seletivo aplicado pelas próprias instituições, que avaliam os conhecimentos dos candidatos em diversas disciplinas. Pode ser realizado de forma presencial ou online.

Enem: o Exame Nacional do Ensino Médio é uma prova aplicada no Brasil e utilizada por muitas instituições como forma de ingresso no ensino superior. Os candidatos fazem o exame e depois utilizam sua nota para concorrer a vagas em instituições públicas e privadas.

Sisu: Sistema de Seleção Unificada é um programa do Ministério da Educação no Brasil que utiliza as notas do Enem para selecionar candidatos para vagas em instituições públicas de ensino superior.

Prouni: Programa Universidade Para Todos é um programa do governo brasileiro que oferece bolsas de estudo em instituições privadas de ensino superior para estudantes de baixa renda, com base na nota do Enem.

Transferência: é possível ingressar em uma instituição de ensino superior através de transferência, ou seja, ao se transferir de outra instituição de ensino superior. Isso pode ocorrer por diversos motivos, como mudança de cidade ou insatisfação com o curso atual.

No que diz respeito à estrutura, o ensino superior é dividido em diferentes cursos de graduação, pós-graduação e programas de extensão. As instituições de ensino superior oferecem uma variedade de cursos em diferentes áreas do conhecimento, como ciências exatas, humanas, biológicas, saúde, engenharia, entre outras. Cada curso tem sua própria grade curricular, carga horária e requisitos específicos.

A estrutura das instituições de ensino superior também inclui departamentos, laboratórios, bibliotecas, salas de aula, espaços de convivência, administração e áreas de pesquisa. Essas estruturas podem variar de acordo com a instituição e seu nível de investimento em infraestrutura.